

Reflexões sobre as políticas de acesso dos alunos cotistas ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Cabo Frio

Pondering about access policies of quota students to the integrated high school of the Federal Institute of Cabo Frio

Reflexiones sobre las políticas de acceso de los estudiantes de cuota a la educación secundaria integrada en el Instituto Federal de Cabo Frio

Marcos da Silveira Pugirá 

Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação da UniCarioca, RJ, Brasil;
Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio, RJ, Brasil.

mpugira.mestrado@gmail.com

Rosa Lidice de Moraes Valim 

Professora do Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação da UniCarioca, RJ, Brasil.

rosa_valim@outlook.com

Veronica Eloi de Almeida 

Professora do Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação da Unicarioca, RJ, Brasil.

veronicaeloi@hotmail.com

Recebido em 04 de junho de 2023

Aprovado em 22 de junho de 2023

Publicado em 01 de abril de 2025

RESUMO

Objetiva-se aqui apresentar dados de uma pesquisa de campo, realizada (através de questionário semiestruturado), com vistas a reflexões sobre a percepção de 18 professores do nono ano do ensino fundamental (de escolas que se situam próximo ao IFF Campus Cabo Frio - nos municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio), a respeito do grau de conhecimento de seus alunos sobre as políticas de acesso ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Cabo Frio – particularmente políticas de acesso ligadas às cotas destinadas às cotas sociais (aos que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira), raciais (ligadas a grupos étnicos) ou às pessoas com deficiências. Os dados do campo foram analisados da seguinte forma: (i) as informações do campo foram tabuladas e apresentadas em forma de texto narrativo, (ii) tais informações, conforme apresentadas, foram analisadas à luz de material bibliográfico pertinente e (iii) inferências foram, então, realizadas. A cada bloco de informações este processo se repetiu, até que todos os dados do campo foram discutidos. Dentre os achados, evidencia-se que todas as unidades escolares analisadas possuem internet banda larga, mas nem todas disponibilizam acesso à internet para os alunos e que as informações sobre o processo seletivo para ingresso no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio chegam aos alunos, mas nem sempre chegam na íntegra.

Palavras-chave: Políticas de Acesso para alunos cotistas; Ensino Médio Integrado; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article proposes to present data from a field research, carried out (through a semi-structured questionnaire), in order to ponder on the perception of 18 teachers working with the ninth year of elementary schools (schools located close to the IFF Campus Cabo Frio - in municipalities of Armação dos Búzios and Cabo Frio), regarding the degree of knowledge of their students about access policies to Integrated Secondary Education of the Federal Institute of Cabo Frio – particularly access policies linked to social quotas (those who are in a situation of financial vulnerability), racial quotas (linked to ethnic groups) or people with disabilities. The field data were analyzed and suggest: (i) the field information was transcribed and presented in the form of a narrative text, (ii) such information, as presented, was analyzed considering pertinent bibliographic material and (iii) inferences were, then, made. For each block of information, this process was repeated, until all field data was discussed. Among the findings, it is evident that all school units analyzed have broadband internet, but not all of them provide internet access to students and that information about the selection process for admission to Integrated High School at the Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio reach the students, but they do not always reach them in full.

Keywords: Access policies for quota students; Integrated High School; Inclusive Education.

RESUMEN

El objetivo aquí es presentar datos de una investigación de campo, realizada (a través de un cuestionario semiestructurado), con líneas de reflexión sobre la percepción de 18 docentes del noveno año de educación primaria (de escuelas ubicadas cercanas al IFF Campus Cabo Frio - en los municipios de Armação dos Búzios y Cabo Frio), en cuanto al grado de conocimiento de sus estudiantes sobre las políticas de acceso a la Educación Secundaria Integrada del Instituto Federal de Cabo Frio - particularmente las políticas de acceso vinculadas a cuotas asignadas a cuotas sociales (aquellos que se encuentran en situación de vulnerabilidad financiera), cuotas raciales (vinculadas a grupos étnicos) o personas con discapacidad. Los datos de campo se analizaron de la siguiente manera: (i) la información de campo se tabuló y se presentó en forma de texto narrativo, (ii) dicha información, tal como se presentó, se analizó a la luz de las cuestiones pertinentes. luego se realizó material bibliográfico y (iii) inferencias. Para cada bloque de información, se repitió este proceso, hasta que se discutieron todos los datos de campo. Entre los hallazgos, se evidencia que todas las unidades escolares analizadas cuentan con internet de banda ancha, pero no todas brindan acceso a internet a los estudiantes y que la información sobre el proceso de selección para el ingreso a la Escuela Secundaria Integrada del Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio llegan a los estudiantes, pero no siempre llegan a ellos en su totalidad.

Palabras clave: Políticas de acceso para estudiantes de cuota; Escuela Secundaria Integrada; Educación inclusiva.

Introdução

Embora o Brasil tenha apresentado melhorias em indicadores sociais nas últimas décadas, ainda há uma grande desigualdade de renda, educação, saúde e oportunidades entre diferentes grupos sociais, conforme indicadores do IBGE (2022). Estas desigualdades sociais têm um impacto significativo no acesso à educação de qualidade no Brasil. Infelizmente, muitos jovens brasileiros ainda enfrentam inúmeras barreiras para estudarem nas escolas técnicas federais em nosso país. Assim, torna-se imperativo que se dê destaque à difusão e à implementação das políticas públicas (de cotas) que promovem a redução das desigualdades no acesso à educação pública e de qualidade no Brasil. Afinal, a política de implementação das cotas nas instituições públicas de ensino, viabiliza o progresso social a jovens pertencentes à parte da sociedade que se encontra excluída pelo sistema econômico. As políticas de cotas são:

[...] como uma forma de ação afirmativa, entendida como conjunto de medidas que visam a superar as desigualdades entre grupos sociais e raciais que ocupam posições inferiores no espaço social, têm como finalidade proporcionar o acesso de grupos excluídos a níveis mais elevados de educação, de emprego, de bens materiais, de reconhecimento cultural, entre outros, bem como ampliar a participação no mundo social (Cavalcante, 2015, p.335).

As políticas de cotas remetem a ações afirmativas e carregam em seu cerne a compreensão sobre a possibilidade da promoção da inclusão de populações que foram historicamente privadas do processo de inserção social desde a colonização do nosso país, pois, no processo histórico de formação da sociedade brasileira, percebe-se que nas práticas e discursos que a diversidade da qual é composta a população brasileira é insatisfatoriamente representada nos diferentes espaços (Hashizume; Alves, 2021).

Em 1824, após a Independência do Brasil, foi criada a primeira constituição e ela estabelecia em seu artigo 179 que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos (Brasil, 1824). Pouco mais de 100 anos depois, a Constituição de 1934, trouxe alguns avanços em relação a sua predecessora, ao destinar um capítulo para tratar somente da educação – ela tornou o ensino primário obrigatório, gratuito e ainda delimitou uma parte do orçamento dos Municípios, Estados e da União para serem aplicados na educação (Brasil, 1934). Já a

Constituição de 1937, promulgada na era Vargas, trouxe alguns retrocessos à educação, se comparada à anterior, por deixar de contemplar alguns pontos que impactavam diretamente no acesso das crianças às escolas (Brasil, 1937).

Em seguida, em 1961, com a criação da Lei 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1961), houve uma responsabilização dos Estados e Municípios em relação à oferta educacional, garantia de orçamento específico, obrigatoriedade da matrícula nos quatro anos iniciais de ensino e a regulamentação de uma base curricular para o sistema educacional do Brasil. A referida lei, destaca em alguns de seus artigos, avanços significativos do processo de democratização da educação no Brasil, pois o texto destinou verbas para concessão de bolsas e auxílios para o acesso e permanência dos estudantes aos estabelecimentos de ensino. Além disso, ela ressaltou – em seu Artigo 88 – a importância da manutenção dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares de ensino: “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Brasil, 1961, np).

Vale destacar que o movimento negro esteve presente nas discussões sobre o acesso à educação desde o século XX no Brasil. Mas somente a Lei 4.024, de 1961 fez referência ao preconceito racial nos sistemas de ensino, condenando “qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça” (Brasil, 1961, np).

Em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, o Brasil teve um grande avanço no que tange o processo de democratização do acesso à educação, pois em seus Artigos 205 e 206 ela destacou alguns pontos importantes relacionados ao assunto. No artigo 205, a Constituição afirma: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já no artigo 206, ela institui que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “I – igualdade de condições para o acesso e

permanência na escola; [...] IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (Brasil, 1988, p. 123).

Por fim, a Lei 12.711, de 2012, representou um marco histórico no processo de democratização do acesso ao ensino em nosso país. Apesar de algumas instituições de ensino já realizarem, anteriormente a normatização, algum tipo de programa de reserva de vagas, muitos eram os questionamentos sobre a legalidade deles. Com a implementação da referida lei, os programas que já trabalhavam com reservas de vagas receberam respaldo legal e outros programas que ainda não tinham esta prática a implementaram (Brasil, 2012),

Houve muitos avanços ao longo do tempo no que tange às políticas de acesso ao Ensino Médio Integrado (EMI) por parte dos alunos cotistas no país. Todavia, urge que mais ações sejam pensadas para que haja efetiva democratização do acesso ao ensino médio por parte de alunos cotistas.

Dentro deste contexto, a problemática que se evidencia atualmente remete ao fato de que as desigualdades de acesso por parte de alunos cotistas ao EMI do IFF Campus Cabo Frio, se tornam mais evidentes quando atentamos para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes (das escolas públicas) durante inscrição nos processos seletivos. O acréscimo no número de inscritos nas vagas destinadas às cotas, perpassa pela necessidade de implementar melhores estratégias de divulgação e publicização dos processos seletivos em escolas públicas da região, enfatizando as políticas de acesso e permanência.

Diante do exposto afirma-se: a democratização do acesso ao Ensino Médio Integrado pode contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região onde o IFF Campus Cabo Frio está localizado. Quando todos têm acesso a uma educação de qualidade, as desigualdades de renda e oportunidades tendem a diminuir, pois as pessoas são mais capazes de competir em um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

O presente estudo objetiva apresentar dados de uma pesquisa de campo, realizada (através de questionário semiestruturado), com vistas a reflexões sobre a percepção dos professores do nono ano do ensino fundamental (de escolas que se situam próximo ao IFF Campus Cabo Frio), a respeito do grau de conhecimento de seus alunos sobre as políticas de acesso ao EMI do Instituto

Federal de Cabo Frio (IFF Campus Cabo Frio) – particularmente políticas de acesso ligadas às cotas destinadas às cotas sociais (aos que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira), raciais (ligadas a grupos étnicos, como os pretos, pardos e indígenas) ou às pessoas com deficiências (congenitas ou adquiridas).

Caminhos metodológicos

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Cabo Frio, em 2021, tinha 2.231 alunos matriculados no último ano do ensino fundamental; enquanto prefeitura de Armação dos Búzios (RJ) tinha 659 alunos matriculados no 9º ano do ensino fundamental. Segundo INEP (2022), estes alunos encontravam-se distribuídos em 28 escolas públicas que ofereceram educação ao segundo segmento do ensino fundamental (23 escolas no município de Cabo Frio e cinco da Armação dos Búzios).

Duas escolas de Búzios e três de Cabo Frio serviram de campo para este estudo. As escolas destes municípios foram escolhidas por situarem-se próximas a um campus do IFF (Campus Cabo Frio) e por – teoricamente – serem escolas que preparam os alunos para o IFF, que é considerado instituto de qualidade para a formação dos jovens – tanto formando-os para o mercado (com formação técnica), quanto para a faculdade.

A pesquisa foi elaborada para coletar as informações de 20 profissionais entre professores e diretores (que também são professores) em contato com turmas do nono ano do ensino fundamental. A escolha dos participantes deu-se por indicação da diretoria de cada unidade. Aliás, importante mencionar que cada unidade (ou escola) foi contatada individualmente e cada uma assinou Termo de Autorização Institucional (TAI) permitindo a realização da pesquisa em suas dependências, com seus profissionais. Ao todo, quatro profissionais de cada unidade – um diretor e três professores foram convidados a participar.

Para seleção dos profissionais que responderiam ao questionário considerou-se: (i) tempo de experiência dos profissionais (mais de 10 anos), (ii) pertencimento a uma das instituições contatadas, (iii) percepção de postura

ilibada pelos pares, e (iv) atuação junto aos alunos do nono ano. Pode-se, assim, afirmar que a amostra deste estudo foi não probabilística e por conveniência. É importante pontuar ainda que dos 20 profissionais contatados, dois não responderam. Assim sendo a pesquisa contou, ao final, com 18 respondentes (cinco diretores e 13 professores).

A decisão de aplicar questionários junto a professores e diretores destas cinco escolas para compreender as percepções dos alunos (e não junto aos alunos destas escolas) deu-se, pois, compreende-se que estes profissionais estão em constante contato com um número significativo de alunos (entre 35 e 100 alunos diariamente) e, por isso, seriam capazes de refletir sobre um número significativo de alunos – suas percepções a respeito destes seus alunos. Além disso, ao aplicar questionários junto a diretores e professores foi possível refletir conjuntamente sobre suas práticas educativas, composta de elementos tangíveis e intangíveis – pragmáticos, mas também sensíveis. Afinal, como afirma Freire (1996), a educação é uma prática humana e não pode ser concebida de maneira fria, sem alma. Todavia, tampouco a prática educativa deveria ser compreendida como uma experiência sem o devido rigor intelectual. Assim, procurou-se, nesta pesquisa, atuar com rigor intelectual, mas também procurou-se permear – através das perguntas – de forma sutil, a prática humana da educação promovida por estes profissionais absolutamente comprometidos

Um questionário semiestruturado com 21 perguntas foi modelado para os diretores e um questionário semiestruturado, com 13 perguntas foi modelado para os professores. Importante salientar que questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 201). Tal questionário foi disponibilizado entre os dias 01 de fevereiro e 06 de março de 2023 via link (enviado junto com Termo De Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE), aos profissionais que se dispuseram a participar da pesquisa.

As perguntas foram elencadas para que os respondentes pudessem passar suas percepções a respeito de como as informações sobre os processos seletivos de ingresso ao Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio

chegam às escolas mencionadas, ou até mesmo se algumas informações chegam ou não aos alunos destas escolas.

Os profissionais responderam – de acordo com as suas percepções – a respeito dos processos seletivos, editais, estrutura física, estrutura pedagógica e as políticas de acesso e permanência.

As perguntas, tanto no questionário destinado aos diretores, quanto no questionário destinado aos professores, inicialmente, indagavam sobre localização da unidade escolar e área de atuação destes profissionais. Já no questionário destinado aos diretores havia perguntas, ainda, a respeito do número aproximado de alunos matriculados no 9º ano do ensino fundamental e se a escola elaborava algum projeto de divulgação sobre os processos seletivos para ingresso no EMI do IFF Campus Cabo Frio. Posteriormente, os questionários debruçavam-se sobre questões relacionadas ao conhecimento dos 18 profissionais em relação aos editais dos processos seletivos para ingresso no EMI do IFF Campus Cabo Frio. Para além, buscou-se, também, compreender a percepção dos 18 profissionais em relação ao conhecimento que eles acreditam que seus alunos tinham dos editais dos processos seletivos para ingresso no EMI do IFF Campus Cabo Frio, das políticas de acesso, e permanência (bolsas e auxílios), da infraestrutura e estrutura pedagógica do IFF Campus Cabo Frio, e da estrutura para as pessoas com necessidades especiais. Por último, indagou-se aos 18 profissionais se eles acreditavam que os jovens teriam interesse em realizar uma visita (presencial ou virtual), para participar do processo seletivo para ingresso no EMI do IFF Campus Cabo Frio.

Importante mencionar que todos os parâmetros éticos estipulados pelas Resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2012; Brasil, 2016), foram respeitados.

Os dados do campo foram analisados da seguinte forma: (i) as informações do campo foram tabuladas e apresentadas em forma de texto narrativo (destacando-se certos temas como estruturantes da narrativa), (ii) tais informações, conforme apresentadas, foram analisadas à luz de material bibliográfico pertinente e (iii) inferências foram, então, realizadas. A cada bloco

de informações este processo se repetiu, até que todos os dados do campo foram discutidos.

Ademais, informa-se: este artigo foi extraído de uma dissertação cujos contornos do campo tramitaram na Plataforma Brasil e foram aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto Superior de Ciências da Saúde Carlos Chagas – parecer nº 5.784.817.

O campo: caracterização das escolas

A Escola I, localizada no município de Cabo Frio, cerca de 30 km do centro da cidade e 29 km do IFF Campus Cabo Frio, funciona em três turnos, possui aproximadamente 1.400 alunos matriculados (sendo entre 200 e 300 alunos matriculados apenas no 9º ano). No início de 2023 a escola contava com aproximadamente 80 professores; com uma equipe gestora de dois diretores (um geral e outro adjunto), e mais três dirigentes de turno (totalizando cinco gestores); possuía 17 salas de aula, uma sala de leitura, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma quadra poliesportiva e um refeitório.

Já a Escola II, situa-se em uma região rural e é uma escola quilombola. Localizada no município de Cabo Frio, esta escola está a cerca de 20 km do centro da cidade e 21 km do IFF Campus Cabo Frio; funciona em dois turnos e possui aproximadamente 900 alunos matriculados – sendo entre 200 e 300 alunos matriculados apenas no 9º ano. No início de 2023 a escola, contava com aproximadamente 50 professores e possuía uma equipe gestora composta por dois diretores (sendo um geral e outro adjunto), e mais dois dirigentes de turno, totalizando quatro gestores. Esta escola possui 16 salas de aula, uma sala de leitura, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma quadra poliesportiva e um refeitório.

A Escola III, por sua vez, está localizada no município de Cabo Frio, a cerca de 3 km do centro e a de 13 km do IFF Campus Cabo Frio. Esta escola, funciona em dois turnos e possui aproximadamente 900 alunos matriculados (sendo 100 a 200 alunos matriculados apenas no 9º ano). No início de 2023, havia 50 professores e uma equipe gestora composta por dois diretores (sendo um geral e outro adjunto), e mais dois dirigentes de turno, totalizando quatro

gestores. Esta escola possui 12 salas de aula, uma sala de leitura, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma quadra poliesportiva e um refeitório.

A Escola IV, localizada no município de Armação dos Búzios, a cerca de 4 km do centro da cidade e a 7 km do IFF Campus Cabo Frio, funciona em dois turnos e atende aproximadamente 500 alunos matriculados (sendo 100 a 200 alunos matriculados apenas no 9º ano). Seu corpo docente, no início de 2023, era de 65 professores e a equipe gestora estava composta por dois diretores (sendo um geral e outro adjunto), e mais dois dirigentes de turno, totalizando quatro gestores. Esta escola tem 10 salas de aula, uma sala de leitura, uma sala multimídia, uma quadra poliesportiva e um refeitório.

Por fim, a Escola V está localizada no município de Armação dos Búzios, a cerca de 10 km do centro da cidade e a 10 km do IFF Campus Cabo Frio. Esta escola funciona em dois turnos, possui aproximadamente 500 alunos matriculados, distribuídos em 12 turmas (sendo entre 100 e 200 alunos matriculados apenas no 9º ano). No início de 2023 esta escola contava com 40 professores e uma equipe gestora composta por dois diretores (sendo um geral e outro adjunto), e mais dois dirigentes de turno, totalizando quatro gestores.

Dados do campo e análises

A primeira questão dizia respeito à *internet das unidades*. Esta pergunta auxiliou no estabelecimento de parâmetros básicos para a compreensão do ambiente escolar. Todas as unidades escolares analisadas possuíam internet banda larga disponível aos docentes, todavia, apenas três das escolas disponibilizavam acesso à internet para os alunos (no ambiente escolar ou no laboratório de informática). Contudo, em algumas, a internet não funcionava satisfatoriamente, devido à localização das unidades e a baixa disponibilidade de provedores. Não há dados econômicos a respeito dos alunos das cinco escolas públicas pesquisadas, todavia, infere-se que um número considerável destes poderia se candidatar às vagas destinadas a cotistas, mas não teria acesso frequente, estável e de qualidade à internet, ou seja, não possuiria conexão com estabilidade – seja porque estão em área rural e a conexão nestas

áreas não é muito estável, seja porque a renda média de suas famílias não permite grandes investimentos em internet de qualidade – em 2021, segundo o IBGE (2022), a remuneração média dos trabalhadores, tanto de Cabo Frio, quanto de Armação dos Búzios, foi de aproximadamente R\$ 2.500,00. Todavia, sabe-se que: em tempos pós-pandêmicos, com a virtualização de muitas relações, este acesso deixou de ser luxo e tornou-se necessário. Esta afirmação encontra amparo no próprio Senado brasileiro – afinal, no Brasil, já foram propostas quatro emendas à Constituição, com o intuito de incluir um direito de acesso à internet no rol de direitos fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988 (Sarlet e Siqueira, 2021).

Referente às informações sobre o processo seletivo para ingresso no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio, todos os respondentes relataram que percebem que *as informações chegam aos alunos*, sendo que nove dos 18 profissionais (9/18) entendem que as informações chegam de forma completa. A outra metade (os outros nove) percebe que as informações chegam parcialmente aos alunos. Vale destacar que nas escolas onde existe uma maior percepção de que as informações chegam aos alunos de forma completa, há projetos que promovem a divulgação das informações dos processos seletivos, esclarecimentos de dúvidas e, em alguns casos, estímulos a visitas presenciais ao IFF. É importante frisar que nestas escolas onde os projetos acontecem, os professores e diretores ajudam os estudantes a realizarem suas inscrições nos processos seletivos do IFF. As ações citadas anteriormente contribuem diretamente para número mais alto de inscritos no IFF provenientes destas unidades escolares – significativamente maior quando comparados aos números das outras escolas que não possuem projetos de incentivo. Ambrosini (2019) ratifica a percepção desta relação entre “projetos de divulgação das informações dos processos seletivos a possíveis candidatos” e “número mais alto de candidatos inscritos/aprovados no IFF” ao afirmar que existe grande necessidade de se desenvolver, junto às instituições da rede federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica), ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Estes projetos apostam no dialogismo entre instituição e jovens

candidatos, para que estes possam compreender suas possibilidades e oportunidades. Por essa razão, defende-se aqui a necessidade de que os projetos de incentivo a candidatos tornem-se uma prática institucional – e assim sejam estendidos a todas as unidades. A respeito deste dialogismo Freire (2005, p. 91) afirma :

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Assim, estes projetos precisam estar pautados na dimensão do diálogo para maiores avanços em relação aos candidatos, pois desse modo, sentir-se-ão mais curiosos e mobilizados para transformarem suas realidades.

Para além, de acordo com a pesquisa, somente um dos respondentes têm a percepção de que os alunos conhecem completamente as *informações dispostas nos editais* para ingresso ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio. Dentre os respondentes, 13 dos 18 (13/18) entendem que os alunos de suas escolas conhecem parcialmente os editais, quatro (4/18) acreditam que os alunos desconhecem completamente as informações que constam nos editais e um profissional (1/18), acredita que os alunos compreendem totalmente o texto dos editais.

No tocante aos editais, os dados da pesquisa retratam que quatro dos 18 profissionais (4/18) entendem que os *editais são de fácil leitura* e cinco (5/18) apontam que os editais trazem todas as informações de forma clara. Vale evidenciar que é no edital que as regras são estabelecidas – nele encontram-se as principais informações pertinentes ao concurso. Por este motivo, ele deveria ser claro e de fácil leitura. Quatro dos respondentes (4/18) afirmam que os editais são extensos e de leitura complicada, dois (2/18) descrevem que a leitura dos editais gera muitas dúvidas e três (3/18) apontam que nunca leram um edital para ingresso ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense. De acordo com Libâneo (2005, p. 76):

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar.

As palavras de Libâneo (2005) destinam-se a professores, mas também podem ser observadas a partir do prisma institucional, haja vista que as diretorias das diversas unidades escolares do país, que preparam os alunos do nono ano para ingresso nos diversos programas de ensino médio nacionais, precisam pensar criticamente contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais, para intervirem na realidade destes jovens com vias a viabilizar transformações.

Em relação ao conhecimento dos alunos sobre as *políticas de acesso (cotas) e permanência (bolsas e auxílios)* ao Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio, identificou-se que nove dos 18 dos respondentes (9/18) apontaram que os alunos das escolas onde trabalham desconhecem completamente estas informações, já os outros respondentes afirmaram que os alunos conhecem parcialmente as políticas de acesso e permanência. Estes dados coadunam com outras pesquisas, que destacam a importância de publicizar as informações para que os candidatos destinados às cotas consigam obter as informações de forma clara e objetiva.

De acordo com Ambrosini (2019), no que diz respeito aos princípios norteadores da política de ingresso discente e a forma como é estruturado o processo de ingresso discente no IFRS, observa-se a preocupação com a democratização do acesso, além da implementação de ações afirmativas, que buscam reduzir e até eliminar as barreiras que impedem muitas pessoas de ingressar na instituição. A preocupação com a democratização do acesso citada pelo autor, coincide substancialmente com as inquietações encontradas durante esta pesquisa.

Para além, reitera-se: a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, por meio da política de cotas, impõe a necessidade de informações claras e sucintas sobre os requisitos e sobre a documentação comprobatória da reserva de vagas para matrícula (SOUZA et. al., 2020). Assim, urge que ações estratégicas sejam tomadas para que se verifique possibilidades de ajustes visando tornar informações ainda mais claras aos jovens candidatos às vagas destinadas às cotas.

No que se refere a percepção dos respondentes da pesquisa, em relação ao conhecimento dos alunos *sobre a infraestrutura* (salas de aulas, laboratórios,

auditórios, quadra poliesportiva, entre outros) oferecida aos estudantes do IFF Campus Cabo Frio, nove dos 18 profissionais (9/18) entendem que os alunos de suas escolas desconhecem completamente tal infraestrutura, oito dos 18 respondentes (8/18) acreditam que os alunos conhecem parcialmente e apenas um (1/18) crê que os alunos da escola onde trabalham conhecem completamente a infraestrutura do IFF Campus Cabo Frio. Este desconhecimento acaba por limitar percepções a respeito das vantagens que os jovens, uma vez aprovados, obteriam do IFF Campus Cabo Frio. Reitera-se: estes jovens não têm acesso à recursos diversos e no IFF Campus Cabo Frio podem valer-se de benefícios específicos promovidos pela infraestrutura de qualidade. O desconhecimento por parte deles, acredita-se, que pode implicar na perda de oportunidades de estudo, aprimoramento pessoal e lazer.

Sobre a percepção dos respondentes da pesquisa em relação ao conhecimento dos alunos do IFF campus Cabo Frio a respeito da estrutura de excelência voltada às pessoas com *necessidades especiais* (estrutura física, materiais pedagógicos e profissionais capacitados), sete dos 18 respondentes (7/18) entendem que os alunos de suas escolas conhecem parcialmente e 11 dos 18 respondentes (11/18) compreendem que os alunos desconhecem completamente as estruturas citadas acima.

No tocante ao entendimento dos respondentes em relação ao conhecimento dos alunos sobre a *excelência dos profissionais* (corpo docente e técnico-administrativo) do IFF campus Cabo Frio, seis dos 18 respondentes (6/18) entendem que os alunos de suas escolas desconhecem, 10 dos 18 respondentes (10/18) compreendem que conhecem parcialmente e dois dos respondentes (2/18) creem que os alunos de suas escolas conhecem bem a excelência dos profissionais supracitados. Importante ressaltar aqui que a qualidade do quadro docente do IFF não foi questionada aqui – refletiu-se apenas sobre o desconhecimento desta qualidade. Entretanto, ainda assim estes números intrigam. Talvez haja falha na divulgação da instituição IFF Campus Cabo Frio – e da afirmação da qualidade de seu corpo docente.

Por fim, no que tange a percepção dos respondentes da pesquisa em relação à dificuldade encontrada pelos alunos para realizarem *inscrição no*

processo seletivo para ingresso no Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio, tem-se que: cinco dos 18 respondentes (5/18) preferiram não opinar, seis dos 18 respondentes (6/18) entendem que os estudantes acharam fácil e sete dos 18 respondentes (7/18) compreendem que os estudantes acharam difícil. Infere-se que o acesso à internet represente barreira significativa de entrada aos alunos – que facilita ou dificulta a inscrição para ingresso – visto que o processo seletivo é exclusivamente realizado pela internet (e nem todos os candidatos possuem acesso à internet estável). Para além, é importante destacar que a dificuldade na leitura e compreensão dos editais também pode interferir – facilitando ou dificultando a inscrição nos processos seletivos. E, enquanto acesso à internet pode ser pensado, manejado, resolvido de forma pragmática, ao menos dentro das unidades do IFF Cabo Frio; a compreensão de textos institucionais demanda interpretação crítica que nem sempre o candidato a discente possui – afinal está em processo de formação, de aprendizado e de consolidação de conhecimentos. Reitera-se aqui, assim, o valor dos projetos que promovem a divulgação das informações dos processos seletivos do IFF Campus Cabo Frio, esclarecimentos de dúvidas e em alguns casos estímulos a visitas presenciais ao IFF. As instituições educacionais:

[...] e os estabelecimentos de ensino, como unidades sociais, são organismos vivos e dinâmicos, e como tal devem ser entendidos. Assim, ao se caracterizarem por uma rede de relações entre os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização. E é a essa necessidade que a gestão educacional tenta responder. A gestão abrange, portanto, a dinâmica do seu trabalho, como prática social, que passa a ser o enfoque orientador da ação diretiva executada na organização de ensino (Lück, 2002, p. 3).

Neste contexto, como enfatizam Carvalho & Lino (2023, p. 23) “a superação da dicotomia entre as teorias acadêmicas e a prática gestorial urge para a transformação da realidade, necessitando de proatividade dos gestores para buscarem por essa indispensável capacitação, e por contínuas novas pesquisas” para nortear a ação dos gestores no âmbito inclusivo e para acompanhar a transformação da prática. Assim, tem-se que tais projetos, que promovem a divulgação das informações dos processos seletivos do IFF Campus Cabo Frio, coadunam para uma educação crítica, haja vista que esta educação envolve, como menciona Arroyo (2000), um processo social complexo, lento, de

desencontros entre o que somos para fora e o que somos para nós, de interação, intervenção e reflexão.

Considerações finais

Os dados do campo sugerem que: (i) todas as unidades escolares analisadas possuem internet banda larga, mas nem todas disponibilizam acesso à internet para os alunos (no ambiente escolar ou no laboratório de informática); (ii) as informações sobre o processo seletivo para ingresso no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense (IFF) Campus Cabo Frio chegam aos alunos, mas nem sempre chegam na íntegra; (iii) as escolas de ensino fundamental ao redor do IFF Campus Cabo Frio precisam pensar contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais, para intervir na realidade dos seus jovens com vias a viabilizar transformações; (iv) em escolas onde há projetos de estímulo para ingresso no Ensino Médio Integrado do IFF Cabo Frio tem-se um número mais alto de alunos inscritos e aprovados – assim, percebe-se que projetos que apostam no dialogismo entre escola, instituição IFF Campus Cabo Frio e os jovens candidatos podem servir de inspiração; (v) de modo geral os respondentes acreditam que os editais são de fácil leitura e trazem todas as informações de forma clara para os alunos, todavia são extensos, assim, as ações de intermediação da escola e dos professores com os alunos para facilitar a absorção das informações são muito bem-vindas; (vi) evidencia-se a crença no desconhecimento (parcial ou completo) dos alunos sobre as políticas de acesso (cotas) e permanência (bolsas e auxílios) ao Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio - estes dados coadunam com outras pesquisas, que destacam a importância de publicizar as informações, para que os candidatos destinados às cotas consigam obter as informações de forma clara e objetiva; (vii) no que se refere a percepção dos participantes da pesquisa, em relação ao conhecimento dos alunos sobre a infraestrutura (salas de aulas, laboratórios, auditórios, quadra poliesportiva, entre outros) oferecida aos estudantes do IFF Campus Cabo Frio, a maioria dos respondentes acredita que os alunos desconhecem ou conhecem parcialmente a infraestrutura do IFF Campus Cabo Frio. Este desconhecimento acaba por limitar percepções a respeito das

vantagens que os jovens, uma vez aprovados, obteriam do IFF Campus Cabo Frio; (viii) crê-se que os alunos das escolas onde os respondentes trabalham, e possíveis candidatos ao EMI do IFF Campus Cabo Frio, não conhecem bem a infraestrutura da instituição para pessoas com necessidades especiais (estrutura física, materiais pedagógicos e profissionais capacitados); (ix) no tocante ao entendimento dos participantes da pesquisa em relação ao conhecimento dos alunos sobre a excelência dos profissionais (corpo docente e técnico-administrativo) do IFF campus Cabo Frio, a maioria dos respondentes compreende que seus alunos conhecem parcialmente ou desconhecem a qualidade do corpo docente do IFF Campus Cabo Frio.

A respeito do fato de que todas as unidades escolares analisadas possuem internet banda larga, mas nem todas disponibilizam acesso à internet para os alunos, tem-se que: como o acesso ao edital do IFF Campus Cabo Frio, bem como a inscrição em seu Ensino Médio dá-se pela internet, e como muitos alunos possivelmente não tem acesso à internet de qualidade em casa, acredita-se que um número significativo de alunos acaba encontrar mais dificuldades para acessar o edital, fazer leitura calma e criteriosa e realizar a inscrição - infere-se, assim, que o acesso à internet represente barreira significativa de entrada aos alunos, muito embora dados do campo revelem insegurança ou divisão (insegurança de alguns respondentes que preferiram não opinar, e divisão pois aqueles que opinaram dividiram-se em afirmar que é difícil se inscrever no processo seletivo e que não é difícil se inscrever no processo seletivo).

Já a respeito do fato de que as informações sobre o processo seletivo para ingresso no EMI do IFF Campus Cabo Frio chegam aos alunos, mas nem sempre na íntegra, tem-se que: lacunas de informação podem desanimar alunos que eventualmente poderiam ser beneficiados, inclusive, por política de cotas – oportunidades seriam então perdidas.

Crê-se que trabalhar com ações de divulgação sobre o processo seletivo para acesso ao Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio pode ajudar a reduzir as barreiras que impedem algumas pessoas de ter acesso a um ensino médio de qualidade – pode trazer luzes às várias dúvidas que são percebidas, pelos respondentes, em seus alunos. A divulgação das informações de acesso

ao Ensino Médio Integrado do IFF Campus Cabo Frio, também é importante para garantir que as pessoas possam tomar decisões de acordo com as suas opções educacionais – afinal para que uma oportunidade seja considerada de fato uma oportunidade, precisa ser percebida dentro da órbita de possibilidades pela pessoa. Com informações claras e precisas, os candidatos podem avaliar suas chances de sucesso e escolher a melhor opção para suas necessidades e objetivos.

Considerando que há uma relação estreita projetos de divulgação das informações dos processos seletivos e o número mais alto de candidatos inscritos/aprovados no IFF, é importante ressaltar que mais estratégias devem ser criadas para que as políticas de acesso dos alunos cotistas ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal sejam divulgadas, as informações do Edital esclarecidas, bem como o tipo de formação que estes institutos proporcionam.

Claro, tais ações precisam ser estimuladas pelo IFF Campus Cabo Frio, mas também pelas unidades escolares que atuam com ensino fundamental e localizam-se em áreas próximas ao IFF Campus Cabo Frio. Estas ações devem ser pautadas na dimensão do diálogo entre escolas e institutos, para que os candidatos sejam mobilizados na direção da expansão de seus horizontes de conhecimento e na transformação de suas realidades.

Enfim, a democratização do acesso ao ensino é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando o acesso ao ensino é popularizado, significa que todas as pessoas, independentemente de sua origem, classe social ou condição econômica, têm a oportunidade de receber uma educação de qualidade. Educação esta, que possibilita aos estudantes quebrar o ciclo de pobreza e proporcionar a todas as pessoas a chance de desenvolverem seus potenciais.

Referências

AMBROSINI, Tiago Felipe. **Guia de acesso - Estude no IFRS BG: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves**. Repositório Institucional do IFRS, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03/09/2022.

BRASIL. **Constituição. Constituição Política do Império do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 03/09/2022.

BRASIL. **Constituição. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 03/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso: Acesso em: 29/08/2022.

BRASIL. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03/09/2022.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

CARVALHO, Camila Lopes de, & LINO, Carolinia Matteusi. Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar. **Revista Educação Especial**, 36(1), e21/1–28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X69202>. Acesso em: 10/09/2022.

CAVALCANTE, Claudia Valente. Políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira: uma análise dos planos nacionais de educação 2001-2010 e

2014-2024. **Revista Poiésis**. 9(16), 333-350, 2015. Disponível em: <https://10.19177/prppge.v9e162015333-350>. Acesso em: 20/09/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21 ed. Paz e Terra, SP, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42.^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.,

HASHIZUME, Cristina Miyuki; ALVES, Maria Dolores Fortes. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/8j7NS7XTVMDTyHstDmRTxJs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08/11/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 23/03/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5908>. Acesso em: 05/03/2023.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Distribuição dos alunos do ensino fundamental de Cabo Frio e Búzios por escola pública**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/>. Acesso em: 05/03/2023.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica social dos conteúdos**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LÜCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional a partir da mudança paradigmática. **Nova Escola, Caderno de Planejamento**. São Paulo, S.P, ed. 158, Dez. 2002. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/grandes-temas/gestao-escolas/gestao.doc>. Acesso em: 08/06/2022.

SARLET, Ingo; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt. O direito humano e fundamental de acesso à internet. **Revista Consultor Jurídico** (ISSN 1809-2829). 12 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-nov-12/direitos-fundamentais-direito-humano-fundamental-acesso-internet/>. Acesso em: 12/09/2024.

SOUZA, Pedro Gabriel Gomes Borges de. et al. Vacation democratization: ways to cross between disinformation and documental proof. **Research, Society and Development** [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2196>. Acesso em: 09/03/2023.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BYNC 4.0)